



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

Piso nacional

Governo estima impacto de R\$ 15 milhões em SC

O valor corresponde a 12 % da folha salarial do magistério do Estado, onde 34,2 mil professores recém abaixo do estipulado (DC, geral, pag. 28 e 29)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 8/4/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 8/4/11
Assunto: Piso nacional – Governo estima impacto de R\$ 15 milhões em SC		Página: 28

PISO NACIONAL

Governo estima impacto de R\$ 15 milhões em SC

Valor corresponde a 12% da folha salarial do magistério do Estado, onde 34,2 mil professores recebem abaixo do estipulado

O governo de Santa Catarina começou a se mobilizar para rever o salário-base dos professores da rede estadual, que hoje é de R\$ 609. Ontem, um dia após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou constitucional o piso nacional de R\$ 1.187, a Secretaria de Educação formou uma comissão para estudar o assunto. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) quer receber a proposta até o dia 11 de maio.

Para o secretário de Educação, Marco Tebaldi, não haverá grande impacto:

– Só influencia no salário dos professores com curso de magistério. A maioria tem nível superior – diz Tebaldi.

A realidade não é bem essa: o piso de quem tem graduação, como a licenciatura plena, é de R\$ 993, enquanto o nacional é de R\$ 1.187. Dos 63.710 servidores, 34.253 têm remuneração básica abaixo do piso. O reajuste deverá aumentar em R\$ 15 milhões a folha de pagamento.

Ainda não foram feitos os cálculos para verificar se poderá haver um estouro do orçamento, ultrapassando a lei de responsabilidade fiscal.

– Vamos aplicar o piso para fazer cumprir a legislação sem gerar impacto na folha de pagamento. Existe a opção de incorporar as gratificações – afirma a diretora de Desenvolvimento Humano da Secretaria de Educação, Elizete Mello.

Os impactos da decisão do STF não param nos R\$ 15 milhões mensais incorporados à folha. Na manhã de ontem, o governador Raimundo Colombo (DEM) disse que não é contra a decisão, mas que é necessário analisar o caixa do Estado. A maior preocupação do governador é com outro item da ação: a regra de que um terço da carga horária do professor deverá ser reservado para atividades extraclasse. Ela não foi votada na quarta por falta de quórum.

– Não é uma decisão negativa (o piso salarial nacional), mas nós



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato:32216161

temos que ver as condições que o Estado tem. Acho a outra decisão pior, a da hora-atividade, pois teremos que chamar mais ACTs (professores admitidos em caráter temporário) e aí complica. O piso eu, sinceramente, acho que tem que ser. É justo – pondera Raimundo Colombo.

roberta.kremer@diario.com.br

ROBERTA KREMER



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 8/4/11
Assunto: Piso nacional – R\$ 1,8 bi a mais na conta de municípios		Página: 28

PISO NACIONAL

R\$ 1,8 bi a mais na conta de municípios

Cálculos da Confederação Nacional de Municípios (CNM) mostraram que será de R\$ 1,8 bilhão o impacto do piso nacional dos professores da educação básica nas folhas de pagamento municipais.

Em Santa Catarina, muitos municípios estão com salários abaixo do estipulado, entre eles Corupá (R\$ 768,64), Treviso (R\$ 807,36) e São Carlos (R\$ 804,44). O presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Antônio Coelho Lopes, prefeito de Capão Alto, acredita que a exigência pode gerar paralisações de programas e demissões em outras áreas.

Para ele, a decisão trará dificuldades principalmente para aqueles municípios que estão com a folha de pagamento muito perto do limite legal.

– Não podemos gastar mais de 60% do orçamento. O gestor público poderá ter de paralisar atividades e diminuir o número de funcionários, mas não na educação e saúde, porque existem os índices mínimos a serem cumpridos – diz.

RAIMUNDO COLOMBO

Governador

"Não é uma decisão negativa, mas temos que ver as condições que o Estado tem."

ANTÔNIO COELHO LOPES

Presidente da Fecam

"O gestor público poderá ter de paralisar atividades e diminuir o número de funcionários."

A história da polêmica

- Em julho de 2008, é sancionada a lei que estipula piso nacional do magistério para o ensino básico. O valor deve ser reajustado em janeiro.

- A norma determina um piso de R\$ 950 aos professores da educação básica da rede pública com carga horária de 40 horas semanais. Em 2011, o valor é atualizado para R\$ 1.187.

- Santa Catarina e mais quatro estados – Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul – entram com ação questionando a constitucionalidade da lei. A principal divergência é o



entendimento de que o piso se trata da remuneração, sem contar com os benefícios. Os governos que entraram com a ação querem que o cálculo inclua as gratificações extras.

- Dessa forma, a rede catarinense de ensino estaria mais perto de respeitar a lei 11.738, já que os abonos chegam a 40% sobre o salário, além dos R\$ 200 do Prêmio Educar, para quem trabalha em sala de aula.

- Na quarta-feira, 6 de abril, o STF considera improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin). Sete dos nove ministros foram a favor de manter o piso básico como critério.

- Falta votar outro item da ação: a regra que estipula um terço da carga horária para atividades extraclasse. A constitucionalidade deste ponto será votada na próxima semana.

- O piso deve ser reajustado sempre em janeiro.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 8/4/11
Assunto: Piso nacional – Professores marcam prazo para o piso		Página: 29

PISO NACIONAL

Professores marcam prazo para o piso

Os professores estipularam um prazo até 11 de maio para o governo apresentar o projeto de implementação do piso nacional em Santa Catarina. Caso não tenha uma proposta até esta data – ou se ela não agradar ao magistério – pode até acontecer uma greve.

A decisão foi tomada ontem, em assembleia no Clube 12 de Agosto, no Centro de Florianópolis, que estava lotado. Depois do encontro, os professores foram até a Secretaria de Estado da Educação (SED) para entregar o documento com a reivindicação. Na caminhada, o grupo cantava palavras de ordem: “Agora é lei, eu quero ver, o piso aconteceu”.

Por meio da assessoria de imprensa, a secretaria informou que a intenção é atender ao desejo dos professores. Um estudo de impacto financeiro será realizado e entregue ao governador Raimundo Colombo para ver se a lei vai ser cumprida de forma integral ou parcial.

Aí está um dos problemas. Não há garantia de que os professores vão aceitar a implantação de forma parcial. Além disso, outras dúvidas podem surgir na interpretação da norma. Por exemplo, todos os docentes terão aumento proporcional, independente do grau de formação? E a proposta levará em consideração os dois anos anteriores, já que a lei foi aprovada em 2008?

Outro nó está no valor do mínimo. O Ministério da Educação (MEC) definiu o piso em R\$ 1.187,14. Mas o Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Santa Catarina (Sinte) quer que o Estado adote a remuneração mínima de R\$ 1.587,87, valor defendido pelo Conselho Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Por enquanto, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) está sendo vista como uma vitória pelos professores.

– Vamos comemorar essa vitória, mas com lutas, e de orelha em pé, como diz o ditado – declarou a coordenadora do Sinte, Alvet Bedin Pasin.

As lutas a que se refere a coordenadora são uma série de atividades até o dia 11 de maio, quando será realizada nova assembleia. No mesmo dia acontece uma greve nacional dos professores, que irão



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato:32216161

discutir não só o salário mínimo, mas também outras reivindicações.

ALVETE BEDIN PASIN
Coordenadora do Sinte

"Vamos comemorar essa vitória, mas com lutas, e de orelha em pé, como diz o ditado."

mauricio.frighetto@diario.com.br

MAURÍCIO FRIGHETTO



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 8/4/11
Assunto: Piso nacional – Um dos melhores de SC		Página: 29

PISO NACIONAL Um dos melhores de SC

Em Joinville, todos os professores recebem mais do que o piso nacional. Os servidores com magistério, o menor nível de formação, recebem R\$ 1.267 por 40 horas semanais, e a remuneração de quem tem mestrado chega a R\$ 2.549. É um dos melhores salários do Estado.

Além disso, existe o plano de carreira. Quando o profissional completa três anos de casa, recebe um aumento de 6% sobre o vencimento, e dois anos depois, mais 6%. A rede de ensino oferece há dois anos a hora-atividade. Com isso, os professores ficam, no máximo, 32 horas em sala de aula. O restante é para dedicação a pesquisa e planejamento. Para implantar o sistema, a prefeitura de Joinville teve que contratar mais 600 profissionais.

– O professor não precisa planejar aulas em casa. Aproveitamos esse tempo para treinamento e trabalhos coletivos – diz o secretário de Educação, Marcos Aurélio Fernandes.

Joinville
Grau de formação Piso salarial
Magistério R\$ 1.267,80
Nível superior R\$ 1.908,48
Total de professores 2.752
Fontes: Prefeituras de Herval d'Oeste, Joinville e Florianópolis



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 8/4/11
Assunto: Piso nacional – Todos recebem acima		Página: 29

PISO NACIONAL **Todos recebem acima**

Todos os 1.575 professores da rede de ensino da Capital recebem mais do que R\$ 1.207. Só são admitidos profissionais com nível superior. O secretário de Educação, Rodolfo Pinto da Luz, não informou quantos hoje têm apenas o magistério, mas afirmou que são poucos e que estão em fim de carreira.

Florianópolis também já implantou hora-atividade para professores da sexta a oitava séries. Das 40 horas, 12 são para planejamento. Quem leciona na educação infantil ou até o quinto ano do ensino básico recebe gratificação de 30% para passar o período integral em sala.

O secretário diz que apoia o piso nacional por considerar uma forma de valorizar a profissão.

– No nosso caso, o professor pode chegar a até R\$ 7 mil. É preciso que estados e municípios tenham recursos para aplicar a lei. Para o jovem se dedicar ao magistério, temos que oferecer um salário que permita a ele ter uma vida digna.

Florianópolis
Grau de formação Piso salarial
Magistério R\$ 1.207,68
Superior R\$ 1.207,68
Total de professores 1.575



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 8/4/11
Assunto: Piso nacional – Só um salário a corrigir		Página: 29

PISO NACIONAL Só um salário a corrigir

Até em municípios menores, como Herval d'Oeste, no Oeste, com 21 mil habitantes, o piso dos professores é superior ao da rede estadual. Mas não alcança, por pouco, o piso nacional. A base para quem tem o magistério é de R\$ 1.149,25, mas apenas um recebe isso, pois os outros 59 têm nível superior.

O secretário de Educação, Norberto Araudi, afirma que até hoje será feita a análise da lei e, depois, o assunto será levado ao prefeito. Para ele, o salário dos professores no Brasil é baixo, mas precisa se encaixar ao que o poder público pode pagar.

– Vamos nos adequar à lei. Gostaríamos de pagar mais, mas temos que nos submeter ao que arrecadamos – afirma.

Em Herval d'Oeste, os professores também recebem hora-atividade. Araudi acredita que isso faz diferença na qualidade do ensino. Para profissionais com nível superior, o salário aumenta em R\$ 224. Com pós-graduação, há uma gratificação de 5%. Três anos após a efetivação, eles têm 6% de aumento.

Herval d'Oeste
Grau de formação Piso salarial
Magistério R\$ 1.149,25
Superior R\$ 1.373,60
Total de professores 60



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Informe Político – Roberto Azevedo	Data: 8/4/11
Assunto: Matemática		Página: 12

Matemática

O Supremo Tribunal Federal confirmou que o piso salarial do magistério é constitucional para pôr um fim nos penduricalhos e abonos no lugar de salários dignos para a categoria.

O governador Raimundo Colombo afirmou que o Estado equacionará a questão e acha justo o que foi decidido. Problema mesmo é fazer as contas e ter que reprovar a política salarial do funcionalismo, que foi tocada pelo Democratas nos quatro últimos anos.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Economia	Data: 8/4/11
Assunto: Empresas reclamam da falta de qualificação		Página: 23

MÃO DE OBRA INDUSTRIAL

Empresas reclamam da falta de qualificação

Levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) reforça a urgência do aumento de investimentos para elevar a qualidade da educação básica no Brasil. Conforme

a pesquisa, 69% das companhias enfrentam dificuldades com a falta de trabalhador qualificado e, por isso, 78% desse grupo investe em capacitação de funcionários.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.pais	Data: 08/04/2011
Assunto: Piso dos professores		Página: 16

Piso dos professores Felicidade de uns, choro de outros

Nas contas dos municípios, novo salário-base significa menos R\$ 1,8 bilhão

Cálculos divulgados ontem pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) mostram que será de R\$ 1,8 bilhão o impacto do piso salarial nacional dos professores da educação básica nas folhas de pagamento dos municípios. Na quarta-feira, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) impôs uma derrota a Estados e municípios ao concluir que o piso nacional é constitucional.

Pela decisão, nenhum professor ganhará menos do que R\$ 1.187,97, a ser pago a docentes de escolas da rede pública com jornada de 40 horas semanais. O valor

poderá ser aumentado por meio de acréscimos e benefícios. A decisão foi comemorada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que participou de manifestação em Brasília. Para o presidente da entidade, Roberto Leão, “foi uma grande vitória da educação brasileira”. “A partir de hoje, temos um novo patamar para a educação brasileira”, disse.

Mas para a entidade que representa os municípios, o custo poderá ser ainda maior nas contas das prefeituras se o piso tiver como base valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), conforme recomenda a Advocacia-geral da União.

O estudo da confederação ressalta que há o risco de impacto maior. O Supremo ainda terá de decidir, provavelmente na próxima

semana, se é válido o dispositivo segundo o qual o professor deve passar dois terços da jornada na sala de aula e o restante do tempo em atividades de planejamento e aperfeiçoamento. Dessa forma, pelos cálculos da CNM, será preciso contratar 180,5 mil profissionais para cobrir ausências.

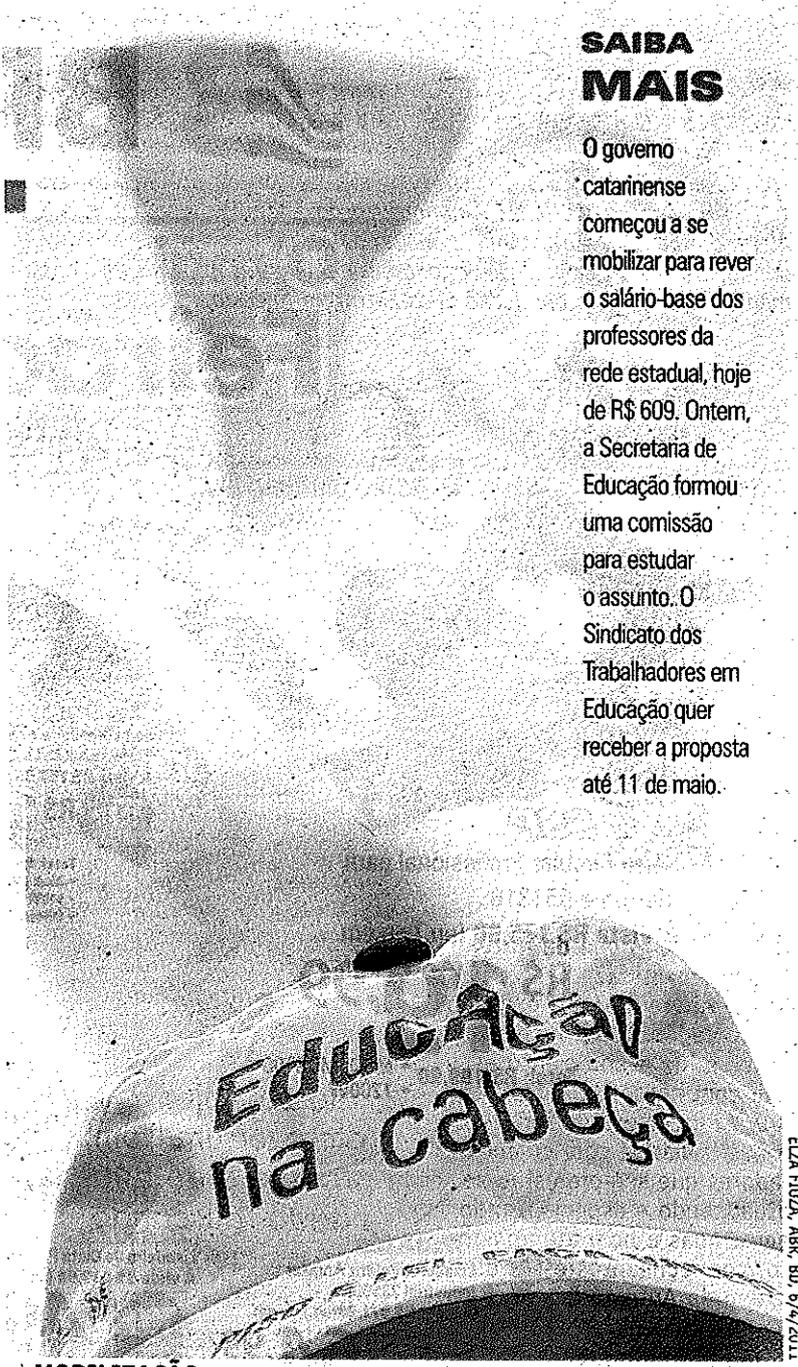
Na quarta, o STF também rejeitou uma ação na qual os governos de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Ceará contestavam uma lei de 2008 que fixou o piso salarial nacional para os professores da educação básica. A maioria dos ministros entendeu que a lei segue a Constituição porque tem como objetivo valorizar o magistério.

O tribunal não aceitou o argumento de que a União teria invadido competências dos Estados e municípios para legislar sobre pagamento de funcionários.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.país	Data: 08/04/2011
Assunto: Piso dos professores		Página: 16



SAIBA MAIS

O governo catarinense começou a se mobilizar para rever o salário-base dos professores da rede estadual, hoje de R\$ 609. Ontem, a Secretaria de Educação formou uma comissão para estudar o assunto. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação quer receber a proposta até 11 de maio.

ELZA FIUZA, ABR, BD, 6/4/2011

MOBILIZAÇÃO

Professores acompanharam em Brasília a votação no STF na quarta



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	data: 08/04/2011
Assunto: Escolas estaduais sem aula		Página: 24

MOBILIZAÇÃO



FERNANDO MENDES/IND

Instituto Estadual. Mais de 3.000 estudantes ficaram sem atividades ontem

Escolas estaduais sem aula

FLORIANÓPOLIS — Os professores da rede estadual de educação paralisaram as atividades na manhã e na tarde de ontem para discutir um calendário de mobilização da categoria em assembleia. No Instituto Estadual de Educação, mais de 3.000 alunos ficaram sem aulas.

Segundo Janete Jane da Silva, vice-coordenadora do Sinte/SC (Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Santa Catarina), a categoria reivindica o pagamento do piso salarial do MEC, de R\$1187, além da melhoria da estrutura das escolas, qualificação para funcionário, entre outros. Hoje, os professores em início de carreira recebem R\$609. “É uma pauta densa de discussões. Até o dia 28 de abril, dia que já agendamos nova paralisação com aulas de 30 minutos, esperamos uma resposta do governo”, relata.



DEBATE

Professores da rede estadual já agendaram nova paralisação da categoria no próximo dia 28



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Geral	data: 08/04/2011
Assunto: Escola é cedida à Assembléia		Página: 22

Escola é cedida à Assembléia

Anexo. Legislativo usará prédio durante um ano como setor administrativo

JOÃO MEASSI

joão@noticiasdodia.com.br

@joão_ND

FLORIANÓPOLIS — O governo do Estado ce-
deu à Assembléia Legislativa, por período de 20
anos, o prédio da extinta Escola Estadual Governador
Celso Ramos. No local, a Assembléia vai ins-
talar setores administrativos que no ano passado
mudaram-se para um prédio alugado na avenida
Hercílio Luz, por R\$ 30 mil por mês. A mudança
foi por causa da reforma dos gabinetes dos depu-
tados, que está em andamento no Palácio Barriga
Verde, sede do Legislativo. A Escola Celso Ramos
fica atrás da Assembléia e vai se transformar em
mais um anexo para as atividades parlamentares.

O contrato do imóvel alugado na avenida Her-
cílio Luz é de um ano. Esse prazo seria suficiente
para reformar o prédio da escola e depois proce-
der nova mudança. Oficializada a cessão de uso,
o próximo passo é fazer a avaliação do imóvel da
Escola Celso Ramos, na Prainha.

Como contrapartida da doação, a Assembléia
se compromete a construir creches e escolas em
Florianópolis. Inicialmente, foi cogitado doar a
Escola Celso Ramos para a Prefeitura de Florianó-
polis, que ali faria um centro de educação infantil.
Essa era a vontade da Secretaria de Estado da Edu-
cação, manter o prédio público com equipamentos
voltados a projetos educacionais e sociais

A Escola Celso Ramos foi fechada este ano.
Os alunos foram transferidos para outras esco-
las da área central de Florianópolis, como Hen-
rique Stodieck e Silveira de Souza. A diretora
ainda dá expediente na escola porque pre-
cisa atender ex-alunos que solicitam
documentos. A Escola Celso Ramos
fica na rua professor Aldo Câmara
da Silva. O prédio é protegido por
vigilantes 24 horas.

O decreto de cessão de uso, as-
sinado pelo governador do Estado
na última quarta-feira, vai esten-
der os domínios do Poder Legisla-
tivo até a rua Silva Jardim, no pé do
morro do Mocotó.

Aulas
suspensas.
**Alunos foram
orientados a fazer
transferências para outras
unidades da rede estadual
de ensino, localizadas
próximas à área central
da cidade**



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Geral	data: 08/04/2011
Assunto: Escola é cedida à Assembléia		Página: 22



DIVULGAÇÃO/LIND

Educação.
Antiga escola estadual servia às comunidades da Prainha e do morro do Mocotó, em Florianópolis



CLIPPING

Veiculo: A Notícia	Editoria: AN <i>portal</i>	Data: 08/04/2011
Assunto: Diversos		Página: 2

O sistema de controle de frequência de estudantes sugerido por Kennedy a Tebaldi é o mesmo adotado em Praia Grande (SP). Caso o aluno falte à aula, o programa manda um torpedo para o celular dos pais. Entre outras funções, o sistema avisa a cozinha sobre quantas crianças estão em aula e vão para a merenda.

Veiculo: A Notícia	Editoria: política	Data: 08/04/2011
Assunto: SDRs		Página: 21

SDRs

A ideia é que sejam agências regionais de desenvolvimento. Não quero que executem obras. Se isso agilizar, pode até ser feito, mas quero que identifiquem e acompanhem a obra, sejam fiscais do governo.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Geral	data: 08/04/2011
Assunto: Estado retoma empréstimos consignados		Página: 25

SERVIDORES

Estado retoma empréstimos consignados

FLORIANÓPOLIS — O secretário de Estado da Administração, Milton Martini, informou ontem que os empréstimos consignados aos servidores estaduais estarão liberados na próxima terça-feira. Hoje, o servidor já pode acessar o portal do servidor para cadastrar uma nova senha específica para contrair empréstimo. “Os bancos estão sendo cadastrados e na terça-feira o servidor já poderá solicitar o crédito”, afirmou Martini.

Segundo o secretário, o sistema estava trancado desde o começo do ano em razão da negociação de tarifas junto às entidades financeiras. Foram feitas modificações no sistema de cadastramento do servidor.

Antes o solicitante tinha senha única, que usava no portal do servidor e também para pedir o empréstimo. Agora,



SENHA

A partir de terça-feira, servidores poderão solicitar crédito junto aos bancos cadastrados

de acordo com os técnicos, será cadastrada uma senha específica para maior segurança das operações e também dos dados dos servidores.

O Consignum, antes chamado de SC-Consig, possibilita ao servidor estadual contrair empréstimo junto aos bancos cadastrados com cobrança direta na folha de pagamento.



CLIPPING

Veículo: G1	Editoria: Vestibular e Educação	Data: 8/04/11
Assunto: Para educadores.....		Página: online

Para educadores, caso de Realengo deve ser discutido com as crianças

Escolas e famílias devem propor diálogos e expor problema.

Homenagens, desenhos, redações podem ser caminhos de superação.

Vanessa Fajardo e Fernanda Nogueira Do G1, em São Paulo



Familiares de vítimas de tiroteio no Rio.

Atirador deixou 12 mortos (Foto: Carolina Lauriano/G1)

Para evitar que o ataque ocorrido na manhã desta quinta-feira (7) na Escola Municipal Tasso da Silveira em Realengo, na Zona Oeste do Rio, se torne um trauma entre os estudantes, especialistas ouvidos pelo **G1** recomendam que o tema deve ser abordado nas salas de aula também em outras escolas. No ataque, doze crianças foram por mortas por um atirador que se suicidou.

Silvia Gasparian Colello, professora de psicologia da educação da Faculdade da Educação da Universidade de São Paulo (USP), diz que as escolas têm de assumir a liderança das conversas, explicar e problematizar a questão da violência entre os estudantes.

Não dá para colocar o problema embaixo do tapete e negar o que acontece. As crianças têm de ser ouvidas"

Silvia Gasparian Colello,
professora da Faculdade da Educação da USP

"Professores precisam conversar com os alunos, dá margem para o choro, buscar reflexões e criar oportunidades para dar vazão ao medo." Para ela, as aulas na Escola Municipal Tasso da Silveira devem ser retomadas o quanto antes, pois segundo a educadora, quanto mais permanecer o clima da ocorrência, maior será o aprofundamento da tragédia.

"É preciso superar a tragédia tirando boas lições como a reflexão e a solidariedade. Não dá para colocar o problema embaixo do tapete e negar o que acontece. As crianças têm de ser



ouvidas", afirma. Segundo Silvia, uma forma de recomeçar seria propor homenagens às vítimas pedindo que os estudantes escrevam cartas aos familiares.

Outro caminho de superação apontado pelo pesquisador do Núcleo de Violência da USP, Renato Alves, é abrir espaço para que os estudantes sejam ouvidos por meio de desenhos, redações, cartazes ou debates. "Não há receita, cada escola tem de encontrar a melhor forma. É preciso haver diálogos e tirar lições. Mas a escola não pode, de jeito nenhum, agir como se nada tivesse acontecido e não fosse um problema."

Lição de casa

Para Elizabeth Brandão, psicóloga e professora da PUC-SP, os pais também devem abordar o assunto em casa. "Vemos as tragédias se multiplicarem em tempo real. As crianças estão mais tensas e aflitas e não podem ser colocadas em uma redoma de vidro."

Elizabeth lembra que o fato de os pais não falarem sobre o tema, não significa que as crianças serão poupadas, pelo contrário, a negação pode criar consequências como pesadelos. "Elas vão ver na TV ou em outro lugar de vão saber de qualquer jeito. O assunto precisa ser discutido para que a criança não fique sozinha com seus pensamentos."

Para a educadora Elenice da Silva, autora do livro *Corredores de Justiça: Combatendo a prática do bullying nas escolas, educando uma sociedade para a paz*, pais e professores devem promover com as crianças um diálogo aberto sem medo e bem dirigido. "Precisamos convencer nossas crianças que elas estarão acolhidas e protegidas, ao mesmo tempo que não podemos mascarar o que ocorreu. Elas precisam entender que a violência pode ser gerada a qualquer momento por um ser humano e em uma sociedade."

Para Elenice, qualquer projeto que envolva prevenção, formação e esclarecimentos deve ocorrer nas escolas, entidades e famílias, apresentando como identificar presença e comportamentos estranhos, sinais de agressão, violência ou intimidação de qualquer natureza, fortalecendo a denúncia e o pronunciamento. "Trabalhar a justiça, o perdão, o amor ao próximo, resgatando cidadania e ética também fortalecerá a segurança de nossas crianças."

Conversa

Segundo a psicóloga e psicopedagoga Ana Cássia Maturano, pais e professores devem esperar que as próprias crianças e adolescentes se manifestem. "Quando trouxerem indagações, os professores devem estar preparados para falar e deixar que questionem", afirma.

Para a psicóloga, os adultos devem ajudar as crianças a entender que o atirador estava fora de si, que talvez tivesse um transtorno mental. "Tem que mostrar que é uma coisa tão difícil de acontecer, que é quase impossível, principalmente para os menores", diz.

No caso dos adolescentes, o professor deve abrir espaço para conversarem e ver que rumo vai tomar a conversa, segundo Ana Cássia. "Tem que ver que tipo de questionamento irá surgir. Tem que esperar as coisas surgirem, não suscitar uma discussão. Pode ser um momento em que não querem falar."



CLIPPING

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 08/04/2011
Assunto: <u>Entrevista Jovens Embaixadores</u>		Página: online

Entrevista Jovens Embaixadores

O Consed entrou em contato com alguns Jovens Embaixadores da edição 2010-2011 para uma entrevista sobre a experiência que vivenciaram no programa. Abaixo um resumo geral e, em seguida, as respostas na íntegra.

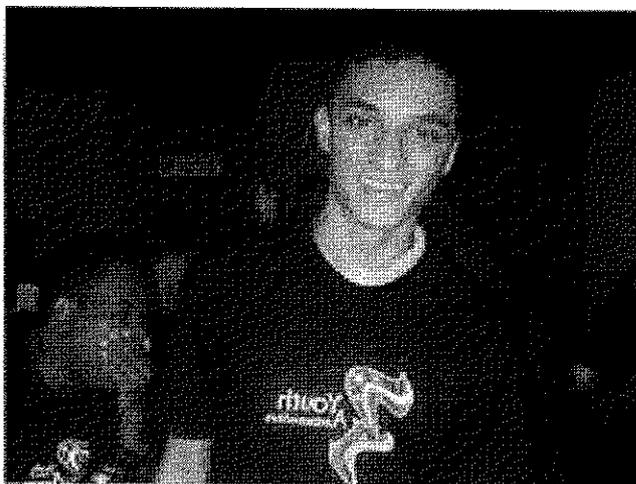


Ana Carolina Martins, de Curitiba - SC, ao ser perguntada sobre o processo de aprendizado pessoal que ficou da experiência, respondeu que estar em contato com a cultura norte-americana e melhorar o inglês já são experiências grandiosas. Observa também o crescimento humano que a experiência pode proporcionar, por meio do voluntariado, e o desenvolvimento de respeito e companheirismo, como conquistas pessoais. Sobre o seu futuro pessoal diz que pretende implantar seu "Action Plan" (em português, Plano de Ação), projeto desenvolvido pelos Jovens Embaixadores durante o programa, e continuar em sua cidade, incentivando jovens a estudar inglês e se inscreverem em programas de intercâmbio.





Já Rízia Vitória da Silva Pinheiro, de Macapá, descreveu o processo de autoconhecimento, abordando o fato de descobrir qualidades e defeitos que não sabia que possuía. Relatou a responsabilidade de representar o Brasil no exterior, enfatizando o amor pelo seu país, e concluindo que toda diferença cultural deve ser valorizada, uma vez que cada cultura tenha seu próprio brilho.



O mineiro, de Contagem, Renato Martins Dornelas diz que poder apresentar e dividir sua própria cultura nos Estados Unidos foi um processo de aprendizado. A experiência o ajudou a quebrar estereótipos, descobrindo nos jovens americanos um povo engajado em questões sociais e voluntárias. Afirma que se sente realizado com seu trabalho e enfatiza que ser Jovem Embaixador é mais que um sonho, é uma missão. Termina com a mensagem de que estar no programa é experimentar tudo o que se sonhou a vida inteira, ali, bem na sua frente.



O potiguar Déberth Cláudio Nascimento, de Parnamirim, conclui a entrevista descrevendo seu Plano de Ação “Sociedade de Estudante para Estudante” (em inglês, Society from Students to Students, SSS). O plano visa ser implantado em escolas e tem por objetivo transformar alunos em voluntários que criam, entre si, projetos para melhorar a escola onde vivem. Este mesmo projeto também está sendo desenvolvido na Bahia, por Breno Oliveira e em Santa Catarina por Ana Carolina Martins. Déberth diz ainda que mantém contato com alguns Jovens participantes do programa, ressalta que estes serão futuros líderes nacionais ou internacionais e que sempre haverá



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.rct-sc.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: excom@sed.rct-sc.br; ramais: 6161, 6163;

compromisso e cumplicidade entre os Jovens Embaixadores, dispostos a se ajudarem independentemente da situação que o país se encontre.



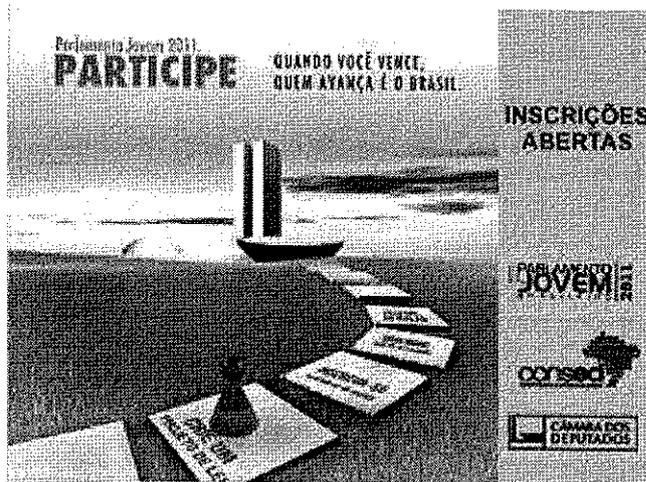
Rízia e Déberth nos Estados Unidos



CLIPPING

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 08/04/2011
Assunto: INSCRIÇÕES PARLAMENTO JOVEM		Página: online

INSCRIÇÕES PARLAMENTO JOVEM



Abertas as inscrições para o Parlamento Jovem Brasileiro.

Mais informações acesse:

<http://www2.camara.gov.br/responsabilidade-social/parlamentojovem>

Clipping

CNTE

Parceria visa apoiar Ensino gaúcho

- › Data: 08/04/2011
- › Veículo: CORREIO DO POVO - RS
- › Editoria: ENSINO
- › Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

O Ministério da Educação (MEC) e o governo estadual assinaram ontem parceria para melhorar a qualidade do Ensino público no RS. De acordo com o ministro da Educação, Fernando Haddad, para melhorar a qualidade do Ensino é indispensável a construção de parcerias, principalmente com estados e municípios. Na ocasião, Haddad aproveitou para parabenizar o Supremo Tribunal Federal pela decisão de reconhecer a legitimidade do Piso Nacional do Magistério. Ele destacou que o MEC tem uma verba de R\$ 1 bilhão, que poderá ser utilizada para auxiliar no pagamento de salários; e ressaltou que, agora, terá início um segundo momento, que será a transição dos governos para garantir o pagamento do piso. Ao final do evento, o DCE da Ufrgs entregou a Haddad um documento contrário ao corte de recursos, pedindo repasse de 10% do PIB para investir em Educação.

Clipping

CNTE

Violência desafia governos e educadores

• Data: 08/04/2011
• Veículo: VALOR ECONÔMICO -SP
• Editoria: BRASIL
• Jornalista(s): Luciano Máximo e Sérgio Bueno
• Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Luciano Máximo e Sérgio Bueno | De São Paulo e Porto Alegre

O massacre ocorrido ontem na Escola Municipal Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro, revela uma situação preocupante: a violência na educação não é um fato isolado e autoridades não têm pleno controle do problema. Simples busca na internet descortina dezenas de casos ocorridos nos últimos anos envolvendo pessoas portando armas de fogo dentro dos muros das escolas em todo o país, sejam elas públicas ou particulares. O Valor procurou os educadores envolvidos em alguns destes casos e os relatos mostram a dificuldade em lidar com a violência quando ela entra no ambiente escolar.

"No cotidiano, nem o governo nem as escolas sabem como agir diante da violência. Deveria existir um plano maior, de prevenção e esclarecimento, principalmente com a participação de pais e da comunidade", avalia Volmer Pianca, diretor do Sindicato de Especialistas em Educação do Magistério do Estado de São Paulo (Udemo).

Em um universo de 496 escolas estaduais que participaram de pesquisa da entidade, 84% registraram ocorrências relacionadas à violência em 2009. Constam do levantamento ameaça a professores, arrombamentos, explosão de bombas, uso de drogas e porte de armas. Mais de 200 escolas disseram ter problemas com drogas e mais de 90, com porte de armas.

Em nota, o secretário Estadual de Educação de São Paulo, Herman Voorwald, informou que "o processo de universalização do ensino trouxe a sociedade para dentro da escola pública e incorporou muitos problemas sociais, antes estranhos ao ambiente escolar".

As escolas paulistas contam com o apoio de 23 mil agentes que, entre outras funções, coordenam a entrada e saída dos estudantes, também vigiados pela ronda escolar da Polícia Militar. Em 2009, a Secretaria criou o Sistema de Proteção Escolar para combater a violência, com a difusão de práticas para identificar, prevenir e mediar conflitos nas escolas. São 1,2 mil professores-mediadores, em mil escolas da rede estadual. O Estado tem 5 milhões de alunos, 220 mil professores e 5,3 mil escolas.

Há menos de uma semana, o ex-marido de uma professora da Escola Estadual Gonçalo Antunes Bezerra, em Alagoinha, interior de Pernambuco, invadiu uma escola e atirou em dois alunos, que sobreviveram ao ataque. No mês passado, um funcionário da Escola Estadual Armando Nogueira, em Rio Branco, no Acre, foi ferido nas dependências da unidade. "Houve investigação, pegaram um dos rapazes envolvidos, e depois do que aconteceu, os vigias passaram a trabalhar armados", relatou o professor Luiz Rodomilson.

Em 2009, o estudante Eduardo Lucas da Silva foi atingido por um tiro enquanto participava da aula de educação física na Escola Estadual Governador Milton Campos, em Belo Horizonte. A secretaria do colégio informou que, desde então, até quatro policiais militares fazem ronda dentro da escola durante o intervalo.

A diretora da Escola Estadual Agalvira Pinto, em Araucária (PR), Gislene Busch, teve de lidar com a morte de um aluno de 15 anos, baleado na quadra da escola por um morador da comunidade, que levou um revólver para exibir aos amigos. "Não tínhamos controle do acesso à quadra, porque os portões foram arrancados. O policiamento perto da escola aumentou, mas os portões ainda não foram colocados por causa de burocracia na liberação de recursos", conta.

Em Teresina, no Piauí, o diretor da Unidade Escolar Monsenhor Cícero Portela Nunes, Carlos Fortes, afirma que o pelotão escolar, unidade da Polícia Militar responsável por fazer a ronda escolar no Estado, "tem número baixo de soldados e demora para chegar quando acionado". Em 2009, um funcionário da escola foi baleado. "Procuramos fazer o possível para manter a segurança: impedimos que alunos fiquem na frente da escola, abolimos a entrada no segundo horário e nem mesmo pais de alunos têm acesso às classes", diz Fortes.

Para o educador e psicólogo Marcos Meier, as políticas governamentais devem focar o professor. "A formação profissional hoje é muito focada em conteúdo, num momento em que o professor está perdendo autoridade diante do aluno. Isso não ocorre só na escola, vem de casa, da ausência de autoridade dos próprios pais. A formação deve reforçar o relacionamento social e as escolas devem estar mais perto das famílias", opina ele.

Apesar da falta de estatísticas específicas sobre o assunto, o aumento da violência escolar é perceptível em Porto Alegre, segundo professores e autoridades. O delegado do Departamento Estadual da Criança e do Adolescente (Deca), Andrei Vivian, diz que há casos de estudantes flagrados com armas em escolas da rede pública e privada. Até agora, não há registro de assassinatos na capital gaúcha, mas em maio de 2010 um estudante de 15 anos foi morto com um tiro por outro adolescente de 14 anos logo após descer de um ônibus. Na época, a mãe da vítima relatou que há dois anos o filho era alvo de "bullying", porque era gordo. O assassino disse ser amigo dos colegas que assediavam a vítima.

Preconceito, tráfico de drogas, desemprego, desagregação social e desavenças pessoais são os motivos mais frequentes para a violência, na visão do delegado. Segundo ele, as escolas não conseguem se isolar do ambiente violento que as rodeiam e acabam refletindo o aumento dos índices gerais de criminalidade. A situação não é mais grave, diz, porque as escolas estaduais contam com policiamento da Brigada Militar. "Não temos como blindar as escolas, mas podemos reduzir a violência", diz o diretor do departamento de articulações com municípios da Secretaria da Educação do Estado, Glauber Lima. Segundo ele, 484 dos 2,6 mil colégios estaduais têm policiais "residentes", que moram no local.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Região	data: 08/04/2011
Assunto: Solução será parcial		Página: 15

CRECHE

Solução será parcial

BIGUAÇU — Parte dos problemas relatados por pais de crianças que estudam no Ceim (Centro de Educação Infantil Municipal) Lindoia Maria Souza de Faria, na Praia João Rosa, em Biguaçu, citados na edição desta quinta-feira do *Notícias do Dia* deverão ser resolvidos com a reforma em andamento. Os familiares criticaram a estrutura da creche, principalmente sobre o estado de banheiros, salas de aulas e do parque infantil.

Seguindo a gerente de Habitação, Uso e Parcelamento do Solo da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, Luana Montero, o projeto de reforma, orçado em

quase R\$ 177 mil, prevê a revisão do telhado, drenagem pluvial do pátio, revisão das instalações elétricas, instalação preventiva contra incêndios e pintura geral da creche. “Dentro das adequações está prevista a modificação das pias dos banheiros, que serão em bancada na altura ideal para a idade das crianças”, afirma.

Quanto às solicitações feitas pelos pais, a arquiteta informou que “não nos foi solicitado a bancada para troca de fraldas, nem comentado sobre a altura das tomadas existentes nas salas. Avaliamos os pedidos solicitados e iremos atender dentro do valor possível”.



OBRA

Reforma no centro infantil prevê a adequação das pias dos banheiros



Impasse. Sem a carteira de trabalho, grupo vai esperar mais um dia para ser contratado por nova empreiteira



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN Joinville	Data: 08/04/2011
Assunto: Vidro no pudim		Página: 12

Vidro no pudim Menino recebe alta hospitalar

Já está em casa o menino de dez anos que engoliu um pedaço de vidro que estava dentro do pudim que ele comeu em São Francisco do Sul. Ontem, às 13h40, Gileade Kamchen recebeu alta do Hospital Materno-infantil Jesser Amarante, em Joinville. O estudante estava internado desde segunda-feira. Os médicos o liberaram porque ele não sentia mais nenhuma dor ou desconforto na região abdominal.

Gileade engoliu o vidro durante o recreio na Escola de Educação Básica Carlos da Costa Pereira, em São Francisco do

Sul. Ele percebeu algo estranho na merenda servida e chegou a retirar um pedaço grande de vidro da boca, mas relatou que sentiu algo estranho ao engolir. Depois de entregar o material à direção, ele foi encaminhado ao pronto-socorro.

No hospital, ele ficou por dois dias sentindo dores de garganta, mas, mesmo com os remédios, não conseguiu expelir o fragmento. Os médicos acreditam que o objeto possa ter se desmanchado, já que os exames de raio X e de endoscopia não detectaram o vidro. Nenhum órgão foi afetado.



FABRIZIO MOTTA, BD, 5/4/2011

OBSERVAÇÃO

Mãe acompanhou o garoto que ficou internado por três dias